

Formação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Portugal

Fernanda Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Secção de Ciência da Informação

Resumo

Inicia-se este texto com uma breve exposição, de carácter histórico, sobre a evolução da formação profissional na área da Documentação e da Informação em Portugal, desde a criação, em 1887, do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista até à sua extinção em 1982, altura em que foi substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD). Analisa-se, de seguida, o CECD, que continua, ainda hoje, a ser o modelo de formação dominante no País, e que se caracteriza por ser um curso de nível pós-graduado, com a duração de dois anos, em que o primeiro é comum a todos os alunos e o segundo conta com duas “opções” (Arquivo e Biblioteca / Documentação), e por constituir requisito indispensável para o provimento dos lugares de Técnico Superior de Arquivo e de Técnico Superior de Biblioteca / Documentação, nos quadros da administração pública. Aborda-se também um novo modelo de formação, surgido em 2001, ao nível de Licenciatura, na Universidade do Porto, que constitui uma proposta inovadora, no quadro da Ciência da Informação, destinada a preparar profissionais habilitados para o desempenho de funções em serviços de informação, instituídos em qualquer contexto organizacional. Este novo curso é caracterizado com bastante pormenor, até porque já vai de encontro à reestruturação em curso no ensino superior, provocada pela Declaração de Bolonha. Faz-se, ainda, uma breve resenha sobre outros modelos formativos com menor expressão. Por fim, caracteriza-se, em termos gerais, o mercado português na área da Documentação e da Informação, tendo em conta indicadores de carácter qualitativo, já que não existem estudos rigorosos e quantificados sobre a empregabilidade dos profissionais, que têm vindo a ser treinados nos vários cursos existentes em Portugal, nas últimas duas décadas.

The Education and the workplaces for Documentation and Information in Portugal

Fernanda Ribeiro

Faculty of Arts of the University of Porto

Section of Information Science

Abstract

This text begins with a brief exposition, in a historical perspective, about the evolution of the professional education in Portugal, in the area of Documentation and Information, since the creation of the Curso de Bibliotecário-Arquivista, in 1887, until its closure in 1982, when it has been replaced by the Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD). After that, it is analysed the CECD, a two years post-graduated course, with a first year common to all students and a second year divided into two “options” (Archives and Library / Documentation), that constitutes the indispensable requirement to occupy the places of Técnico Superior de Arquivo and Técnico Superior de Biblioteca / Documentação in the public administration’s institutions. A new education model, that appeared in 2001, at under graduated level, in the University of Porto, is also approached, because it constitutes an innovative proposal in the scope of Information Science, oriented to educate information professionals able to act in any organizational context. This new course is characterized in detail, because it goes straight forward to the renovation of high academic studies, implemented after the Bologna Declaration. A quick view over other courses with less expression is also given. At the end, the Portuguese market place for the area of Documentation and Information is characterized, taking into account qualitative indicators, because there are no rigorous and quantitative studies about the employment of information professionals, trained inside the various courses that exist in Portugal, along the last two decades.

0. Introdução

O tema da formação profissional na área da Informação / Documentação em Portugal, se bem que já tenha sido objecto de vários encontros, organizados pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas ou por universidades que ministram cursos neste domínio (FORMAÇÃO, 1996), não conta com estudos científicos substanciais nem se pode apoiar em dados quantitativos sólidos e representativos da realidade. A informação disponível sobre a formação existente é reduzida e os dados sobre a implantação dos profissionais no mercado de trabalho também não existem. Assim, a análise que se pode fazer desta problemática tem de assentar em elementos de carácter mais qualitativo e na informação que está publicada (ou publicitada), ainda que esta não constitua mais do que simples indicadores sobre uma realidade vasta que carece de estudos fundamentados.

1. A Formação profissional para a área da Informação / Documentação: breve resenha histórica

Portugal é um dos países do Mundo onde mais cedo foi instituída a formação superior na área da Informação / Documentação, a qual se articulava com a formação “em serviço”, que começou por ser, como na maioria dos países da Europa, a única via para treinar os profissionais habilitados a desempenhar funções nas bibliotecas e nos arquivos. O Decreto de 29 de Dezembro de 1887¹, que criou a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, foi o diploma que deu suporte ao primeiro e inovador curso de formação profissional, de nível superior, destinado a preparar bibliotecários e arquivistas. Com efeito, o referido decreto, no seu artº 13º, estabelecia o seguinte:

É instituído um curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista, formado pelas seguintes disciplinas:

1ª Historia patria e universal (1ª cadeira do curso superior de letras);

2ª Philologia comparada ou sciencia da linguagem (3ª cadeira do mesmo curso);

3ª Litteratura latina e grega, e introdução sobre as suas origens (4ª cadeira do

¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. *Diario do Governo*. Lisboa.

mesmo curso);

4ª Litteratura moderna da Europa, e especialmente a portugueza (5ª cadeira do mesmo curso);

5ª Diplomatica;

6ª Numismatica;

7ª Bibliologia.

E, no artº 14º, determinava:

As aulas de numismatica, diplomatica e bibliologia funcionarão, emquanto se não providenciar de outro modo, junto do real archivo da Torre do Tombo ou da bibliotheca nacional de Lisboa, sendo regidas por empregados d'estes estabelecimentos, de qualquer categoria, para isso nomeados pelo ministério do reino, sob proposta da inspecção geral².

As outras disciplinas funcionavam integradas no Curso Superior de Letras, em Lisboa.

Após a promulgação da República, em 5 de Outubro de 1910, o interesse pela cultura e a defesa intransigente da instrução pública passaram a ser aspectos muito caros ao novo poder político, o que, naturalmente, fez acentuar as preocupações com o acesso à informação e à leitura, e conseqüentemente, o interesse pelas bibliotecas e pelos arquivos.

Em 22 de Março de 1911, com a criação da Universidade de Lisboa, o Curso Superior de Letras é nela integrado e, por esta via, passa para a esfera universitária uma parte importante do Curso de Bibliotecário-Arquivista, com a conseqüente equiparação das respectivas disciplinas às da recém-criada Faculdade de Letras³, embora as cadeiras de carácter mais técnico e de formação especializada continuem a ser leccionadas no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional. A total integração do Curso na universidade ocorre em 1918, o qual passa a estar sob a responsabilidade da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁴.

No Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista podiam matricular-se todos os detentores do curso complementar dos liceus, ou seja, o equivalente, nos dias de hoje,

³ (4 Jan. 1888) artº 13º, p. 18-20.

² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – [Decreto de 29 de Dezembro de 1887] (op. cit.) p. 19.

³ Decreto de 14 de Junho de 1913, do Ministério do Interior.

⁴ O Decreto nº 4:312, de 8 de Maio de 1918, determina no seu artigo 21º: “A organização e direcção do curso superior de bibliotecário arquivista cabe à Faculdade de Letras de Lisboa, que passará o respectivo diploma” (cf.: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto nº 4:312 [de 8 de Maio de 1918]. *Diário do Govêrno. 1ª série.* Lisboa. 117 (29 Maio 1918) 841).

ao ensino secundário. Tratava-se, pois, de um curso de nível superior, com a duração de três anos, que conferia uma formação profissionalizante especializada, embora não fosse equivalente a uma graduação, do tipo bacharelato ou licenciatura.

As reformas posteriores à instauração do novo regime político, em 1926, introduziram alterações significativas na estrutura e na própria natureza do Curso. A mais significativa foi operada pelo Decreto 19.952, de 27 de Junho de 1931, que reformou estruturalmente as bibliotecas e arquivos dependentes do Estado e o seu organismo de tutela⁵. De acordo com este diploma, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista passou a ser um curso “exclusivamente profissional”, com a duração de dois anos e na dependência, apenas, da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. É, pois, retirado do âmbito universitário e reduzido na sua componente de formação geral, para se transformar num curso específico, com fins profissionais, *destinado a fornecer a preparação técnica essencial ao desempenho dos cargos superiores dos estabelecimentos bibliotecários e arquivísticos*⁶. A acrescer a esta alteração, mudam também as condições de acesso ao referido curso, o qual passa a ter o estatuto que actualmente chamaríamos de “pós-graduação”. Com efeito, o regulamento do curso determinava, no seu artº 15º, que, para a admissão à matrícula, seria necessário apresentar *carta ou certidão de bacharel ou licenciado pelas Faculdades de Letras ou, pelo menos, os certificados da aprovação nas seguintes disciplinas daquelas Faculdades: filologia portuguesa (1ª e 2ª partes), história de Portugal (1ª e 2ª partes), literatura portuguesa (1ª e 2ª partes), língua e literatura latina (1ª e 2ª partes), língua e literatura francesa, inglesa e alemã (1º ano) e arqueologia e história da arte*⁷.

Contudo, a experiência veio demonstrar que a formação “em serviço”, desligada de uma instituição de ensino, sobrecarregava os serviços técnicos que asseguravam a docência do Curso de Bibliotecário-Arquivista e, quatro anos após o diploma que extinguiu a colaboração entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, a formação dos bibliotecários e dos arquivistas voltou a ser competência da Universidade. Assim, o Decreto-lei nº 26.026,

⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto nº 19:952. *Diário do Governo. 1ª série.* Lisboa. 147 (27 Jun. 1931) 1.253-1.269.

⁶ Ver: Regulamento do curso superior de bibliotecário arquivista. In PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto nº 20:478. *Diário do Governo. 1ª série.* 257 (6 Nov. 1931) 2.467.

⁷ Cf.: Regulamento do curso superior de bibliotecário arquivista (op. cit.) p. 2.469.

de 7 de Novembro de 1935⁸, estabeleceu, no seu artº 1º: *É instituído na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o curso de bibliotecário-arquivista, destinado principalmente a fornecer a preparação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos do Estado e das corporações administrativas.* Continuava a ser um curso de pós-graduação, com a duração de dois anos curriculares e um estágio de seis meses, ao qual podiam ser *admitidos os diplomados em qualquer curso superior – universitário, técnico, militar ou artístico –, mediante aprovação em exame de aptidão*⁹.

O Curso de Bibliotecário-Arquivista englobava, no primeiro ano, as disciplinas de Paleografia e Diplomática, Numismática e Esfragística, Bibliografia e Biblioteconomia e, no segundo ano, o Curso de Aperfeiçoamento em Paleografia e a disciplina de Arquivologia e Arquivoeconomia.

Apesar do cunho profissionalizante e tecnicista do Curso, ele não se afastava de uma matriz erudita e historicista, que não é de estranhar dado o carácter de disciplina auxiliar da História que ainda marcava, fortemente, a Arquivística e, de forma menos acentuada, a Biblioteconomia.

O novo figurino do Curso de Bibliotecário-Arquivista manteve-se inalterado durante quase meio século, ou seja, até 1982, ano em que foi extinto e substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais. Durante os quase cem anos em que funcionou, aquele Curso foi, praticamente, a única via para a formação dos profissionais da área da documentação e da informação. Apenas teve a concorrência de um Estágio Técnico, criado em 1969, na dependência directa da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e que podia realizar-se em bibliotecas ou arquivos a designar pelo então Ministério da Educação Nacional¹⁰.

A instituição desta formação "em serviço" resultou do reconhecimento de uma grave *carência de técnicos bibliotecários, arquivistas e documentalistas* e da necessidade urgente de *promover e acelerar a formação desses técnicos*. O estágio tinha a duração de quinze meses, tendo os formandos, já diplomados com um curso superior, a obrigação de participar *nos trabalhos dos serviços técnicos dos estabelecimentos em que o estágio decorre[sse] e [de] assistir a sessões de seminário* sobre diversas matérias

⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto-lei nº 26:026 [de 7 de Novembro de 1935]. *Diário do Governo. 1ª série.* Lisboa. 258 (7 Nov. 1935) 1.633-1.635.

⁹ Cf. PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto-lei nº 26:026 [de 7 de Novembro de 1935] (op. cit.) artº 5º, p. 1.634.

¹⁰ Este estágio foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 49.009, de 16 de Maio de 1969, publicado em: *Diário do Governo. 1ª série.* Lisboa. 116 (16 Maio 1969) 537-538. Apesar de ter sido criado para suprir a falta de técnicos qualificados no País, teve uma duração bastante curta, que não ultrapassou a meia dúzia de anos.

que o próprio diploma estipulava¹¹, após o que teriam de submeter-se a um exame final para obtenção do diploma de "bibliotecário-arquivista-documentalista". Voltava-se, por razões de ordem meramente pragmática e economicista, à formação "no terreno", tal como sucedera ao longo do século XIX antes da instituição do Curso de Bibliotecário-Arquivista. Uma formação pela via da prática e da experiência, baseada sobretudo em aspectos técnicos, bem em consonância com o espírito da época e o paradigma vigente. Apesar das diferenças de forma e conteúdo em relação a outros países da Europa ou do continente americano, Portugal ia tentando acompanhar as tendências gerais, embora com diferenças estruturais enormes, dada a situação política, económica, social e cultural que se vivia desde a década de 30. Por um lado, dominava a visão patrimonialista e subsidiária da História, veiculada pelo curso de Coimbra; por outro, ia-se procurando enfatizar a vertente técnica e apostar em alguma tecnologia, perspectiva mais conforme ao modelo americano, em que se intensificava a afirmação da *information science*, reforçando a componente tecnológica e informacional dos *curricula*, em detrimento das matérias de índole patrimonialista e documental.

2. A actual oferta de formação

2.1. O modelo dominante: a tradição

O modelo de formação ainda hoje dominante em Portugal tem origem no Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, através do Decreto-lei nº 87/82, de 13 de Junho¹². Este curso surgiu a partir de um movimento de profissionais que tinha plena consciência da desadequação e desactualização do Curso de Bibliotecário-Arquivista face às necessidades do mercado de trabalho. O preâmbulo do diploma que instituiu o curso é esclarecedor quanto à necessidade de uma formação renovada:

A transferência da informação nas suas diferentes modalidades, sendo um

¹¹ As matérias leccionadas compreendiam as seguintes temáticas: Administração de bibliotecas; Catalogação - Classificação I; Documentação I; Arquivística; Leitura e crítica de documentos I; Mecanização; Administração de arquivos; Catalogação - Classificação II; Documentação II; Instituições Portuguesas - seus núcleos documentais; Leitura e crítica de documentos II; Administração de centros de documentação; Informática; Sociologia da leitura e comunicação; Sociologia da informação (ver: Decreto-Lei nº 49.009, de 16 de Maio de 1969 (op. cit.), artº 3º e artº 4º).

¹² Publicado em: *Diário da República. 1ª série*. Lisboa. 159 (13 Jul. 1982) 2.089-2.090.

importante factor de desenvolvimento do país, pressupõe a criação e a dinamização de infra-estruturas na área dos serviços de documentação, de biblioteca e de arquivo.

Perante a grande evolução das actividades profissionais nas últimas décadas neste domínio, torna-se indispensável planear uma formação adequada que permita, inclusive, alargar a capacidade de utilização dos sistemas de informação já existentes a nível mundial, sendo certo que o investimento que neste campo se fizer terá um poderoso efeito multiplicador.

Para além da alteração substancial do *curriculum*, relativamente ao antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista, o CECD introduziu, também, uma mudança estrutural ao separar a formação dos arquivistas e dos bibliotecários/documentalistas, através da criação de duas “opções” bastante diferenciadas no segundo ano do Curso. Esta medida não surgiu com base em qualquer justificação teórica, tendo sido a questão das carreiras profissionais a razão fundamental para a separação das duas áreas.

A institucionalização do CECD nas Faculdades de Letras das universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto fez-se através de portarias regulamentadoras¹³, passando este Curso a constituir o requisito indispensável para o provimento dos lugares de técnicos superiores de Arquivo ou de Biblioteca/Documentação nos quadros da administração pública.

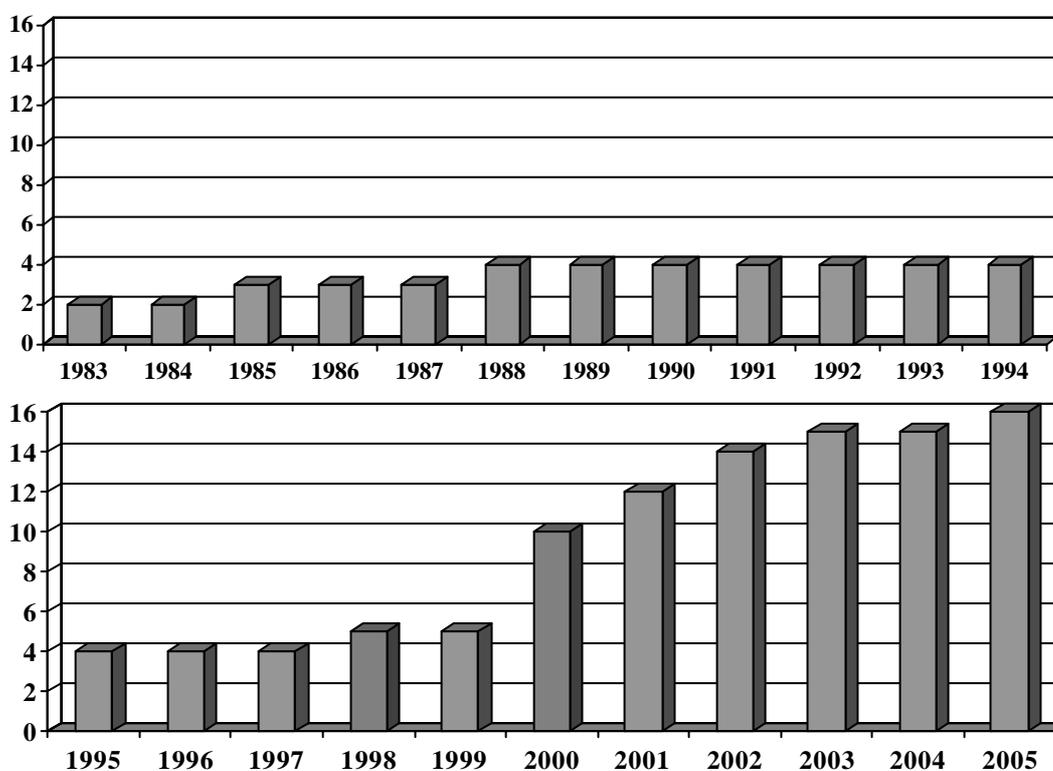
Embora com a designação de “curso de especialização” e com o estatuto de formação pós-graduada, o CECD, na prática, configura-se como um curso de formação inicial, uma vez que não pressupõe uma graduação de base na mesma área do saber¹⁴, mas apenas exige uma licenciatura em qualquer área científica como condição de acesso. Assim, na linha do antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista, o CECD continuou e continua a preparar profissionais (arquivistas, bibliotecários e documentalistas) que, depois de já terem um curso universitário, obtêm uma formação específica nas chamadas “Ciências Documentais”.

¹³ A aplicação do Decreto nº 87/82, de 13 de Julho, fez-se pela promulgação de portarias regulamentadoras, que definiam as condições de acesso, o plano curricular, o regime de estudos e as propinas dos cursos: a Portaria nº 448/83, de 19 de Abril, regulamentou o curso da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (publicada em: *Diário da República. 1ª série*. Lisboa. 90 (19 Abr. 1983) 1.351-1.353); a Portaria nº 449/83, de 19 de Abril, regulamentou o curso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (publicada em: *Diário da República. 1ª série*. Lisboa. 90 (19 Abr. 1983) 1.353-1.355); e a Portaria nº 852/85, de 9 de Novembro, regulamentou o curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (publicada em: *Diário da República. 1ª série*. Lisboa. 258 (9 Nov. 1985) 3.763-3.765).

¹⁴ Até 2001, não existia, em Portugal, qualquer curso de Licenciatura ou Bacharelato na área da Documentação / Informação.

Alguns anos depois da instituição do CECD¹⁵, uma universidade privada – a Universidade Autónoma de Lisboa – requereu autorização para o leccionar, passando o Curso a funcionar, portanto, em quatro instituições de ensino superior, situação que se manteve estacionária durante uma década, pois só em 1998 é que surge mais um CECD numa outra universidade privada. Contudo, a partir do ano 2000, o surgimento de cursos de pós-graduação em Ciências Documentais tem aumentado vertiginosamente, quer no ensino superior público, quer no sector privado, totalizando actualmente dezasseis (após a extinção de um curso), sete em estabelecimentos públicos e nove em privados¹⁶.

O crescimento dos Cursos de Pós-graduação em Ciências Documentais entre 1983 e 2005



Embora os dados disponíveis não nos permitam saber com segurança quantos profissionais estão a ser formados regularmente no âmbito dos cursos de pós-graduação em Ciências Documentais, os dados recolhidos e divulgados publicamente por António Pina Falcão apontam para que o número médio de alunos admitidos por curso seja de

¹⁵ Em 1988.

¹⁶ A informação sobre o número de cursos foi colhida a partir do *site* da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (<http://www.apbad.pt/Formacao/formacao.htm>) e complementada com informações cedidas gentilmente pelo Dr. António de Pina Falcão, presidente daquela Associação, o qual se tem preocupado em recolher e sistematizar a informação sobre os cursos existentes

trinta; assim, pode-se estimar que o número global de alunos admitidos anualmente tenha crescido de pouco mais de meia centena em 1983 para cerca de 600 em 2005, tendo-se registado um crescimento particularmente acentuado a partir do ano 2000¹⁷.

Este modelo de formação dominante em Portugal, instituído por diploma legal de 1982, começou a ser alvo de críticas muito pouco tempo após a sua institucionalização. Com efeito, em 1985, por ocasião do I Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, diversas comunicações se debruçaram sobre a formação existente, propondo alternativas ao modelo implantado. Das várias intervenções proferidas são de relevar duas: a de Maria Teresa Pinto Mendes e Maria do Rosário Pericão (MENDES e PERICÃO, 1985), docentes do CECD da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo facto de, já nessa altura, terem proposto um modelo de formação progressiva, dentro da Universidade, desde o mais baixo nível até ao doutoramento; e a de Maria Luísa Cabral (CABRAL, 1985), que criticava a inexistência de pessoal docente de carreira académica no âmbito das Universidades que leccionavam o CECD.

Formuladas há vinte anos, estas críticas mantêm hoje uma impressionante actualidade. Ao crescimento desmesurado de cursos de pós-graduação não correspondeu o indispensável desenvolvimento dos estudos universitários na área da documentação / informação, pelo desinteresse das universidades em contratar pessoal docente para fazer carreira académica. E o surgimento de uma formação superior progressiva, culminando no doutoramento, ainda está muito longe de se poder considerar uma realidade generalizada. O modelo tradicional resiste, sobretudo, porque é o único válido, à luz da legislação, para o ingresso na administração pública. Mas está em crise e confronta-se com uma nova perspectiva que tende, paulatinamente, a impor-se...

2.2. Um modelo alternativo: a inovação

A partir de 2001, surgiu, finalmente, em Portugal, um modelo de formação alternativo ao CECD. Apresenta, desde logo, duas diferenças fundamentais: a de se tratar de uma formação ao nível da licenciatura (nível de pré-graduação) e a de ter abolido a designação tradicional de “Ciências Documentais” passando a ter o nome de

em Portugal.

¹⁷ António Pina Falcão divulgou esta informação publicamente no “Encontro Luso-Galaico de Bibliotecas Públicas”, organizado pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, nos dias 5 e 6 de Maio de

“Ciência da Informação”, o que pressupõe uma perspectiva mais abrangente e integradora de diversas áreas disciplinares afins (SILVA e RIBEIRO, 2001).

Este novo modelo formativo foi instituído na Universidade do Porto e resultou de uma parceria entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia. Teve como trabalho prévio uma reflexão aprofundada ao nível teórico e epistemológico, que se plasmou num livro intitulado *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* (SILVA e RIBEIRO, 2002) e procurou, de alguma forma, integrar-se no espírito da Declaração de Bolonha, no que toca aos perfis e às competências delineados.

O *design* curricular do Curso procura, antes de mais, anular as separações artificiais que se verificam na formação vigente em Portugal, através de “opções” de Arquivo e de Biblioteca e Documentação, em que, por exemplo, operações de representação da informação (como a descrição ou a classificação) são espartilhadas por disciplinas distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas. A visão integrada é, portanto, assumida em plenitude, não havendo diferenças de formação consoante os perfis profissionais que irão caracterizar os licenciados.

A perspectiva unitária defendida para este Curso procura também fazer a síntese com a área dos chamados Sistemas (Tecnológicos) de Informação (SI), que vem ensaiando uma progressiva autonomização face à Informática e Computação tradicionais, tendo como campo de trabalho e profissionalização as Organizações em geral.

O modelo da Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto, em consonância com a fundamentação teórico-epistemológica antes referida, congrega no seio da área científica nuclear – a da Ciência da Informação – um conjunto de disciplinas que, por um lado, asseguram uma componente teórica e metodológica e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber (Arquivística, Biblioteconomia, Sistemas Tecnológicos de Informação), com as suas especificidades particulares.

Nesta perspectiva, as matérias relativas à teoria e metodologias de investigação, à análise de sistemas, aos aspectos (técnicos) mais diversos de organização e representação da informação, ao armazenamento e recuperação, ao comportamento informacional, à própria sociedade da informação surgem, naturalmente, concentradas

2005, na Biblioteca Municipal de Valença.

em disciplinas nucleares e obrigatórias. A par delas, mas ainda dentro da mesma área científica, existem disciplinas que atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes aplicadas da própria Ciência da Informação.

Este “núcleo duro” do *curriculum* está, evidentemente, aberto à interdisciplinaridade, incluindo disciplinas de outras áreas do saber, com carácter de obrigatoriedade umas, de opção outras, mas sempre complementando as matérias da área científica nuclear.

Enunciemos alguns exemplos das componentes curriculares que integram o plano de estudos (ver **Anexo**), ilustrando o seu amplo carácter interdisciplinar:

- do campo vasto das Ciências Sociais e Humanas é incluído o imprescindível conhecimento histórico das instituições (nas disciplinas de *História da Administração Pública*) e das práticas culturais (*História da Cultura* e *História do Livro*); o apoio instrumental da *Paleografia*; o contributo da Filosofia em matérias como a *Lógica*; o uso instrumental de línguas estrangeiras (designadamente o *Inglês Técnico*); a vertente sociológica relacionada com as Organizações (*Sociologia das Organizações*).

- da área da Informática e da Computação, é essencial o estudo das redes e dos sistemas computacionais, bem como a estruturação de bases de dados, que se concretizam, por exemplo, nas disciplinas de *Sistemas Computacionais e de Comunicação, Bases de Dados e Tecnologia Multimédia*;

- a relação com as ciências da Gestão e da Administração, englobando um espectro largo que inclui o Direito, manifesta-se pela presença de disciplinas como *Fundamentos de Gestão, Sistemas de Apoio à Decisão, Direito Administrativo e Direito da Informação*;

- a Física e a Química e outras ciências naturais e sua aplicação ao tratamento dos suportes de informação são também elementos importantes no *design* curricular, nomeadamente no que respeita à disciplina de *Preservação e Conservação*;

- um outro contributo fundamental provém das ciências da Comunicação e das ciências cognitivas, em disciplinas como, por exemplo, *Psicologia Cognitiva, Motivação e Aprendizagem*.

O modelo inovador instituído pela Universidade do Porto em 2001 está, aos poucos, a inspirar outras escolas no sentido da criação de cursos de nível pré-graduado. Embora a designação de Ciência da Informação, entendida como sinónimo de área

abrangente que engloba os saberes mais tradicionais, não tenha sido adoptada, pois o *design* curricular dos novos cursos também é bastante diverso, a verdade é que a ideia de que a formação superior pode e deve ser iniciada na Licenciatura já começa a ser aceite sem relutância. Aguarda-se, contudo, que os cursos de licenciatura sejam reconhecidos, do ponto de vista legal, como habilitação adequada para o provimento dos lugares de arquivista, bibliotecário e documentalista, na administração pública.

2.3. Outras vias de formação, não profissionalizantes

No início dos anos 90 do século passado, o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, em parceria com a Universidade de Sheffield (U.K.), iniciaram, em Portugal, o primeiro Curso de pós-graduação, a nível de Mestrado. Intitulado Master of Science in Information Management, este curso era leccionado em Lisboa, mas o grau académico era atribuído pela Universidade de Sheffield. Foi um exemplo pioneiro que, alguns anos depois, foi seguido por várias instituições de ensino superior público e particular. Actualmente, existem, em Portugal, oito Cursos de Mestrado na área da Informação / Documentação, embora as suas designações sejam bastante variadas, a saber:

Mestrado em Ciências Documentais (2 cursos)
Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação
Mestrado em Educação e Leitura
Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais
Mestrado em Gestão de Informação (2 cursos)
Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Esta formação de nível pós-graduado, que confere o grau académico de Mestrado, não tem tido uma relação muito directa com o mercado de trabalho, pois só em condições excepcionais é que os detentores do grau de mestre são admitidos em lugares da administração pública. É, no entanto, uma via importante no que se refere ao desenvolvimento da investigação e à produção de conhecimento científico na área da Informação / Documentação.

Desde 1989, existe também na universidade portuguesa a possibilidade de se obter o grau de Doutor em Ciências Documentais. A área de doutoramento foi aberta,

primeiramente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹⁸ e, alguns anos depois, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra¹⁹. Até ao momento, ainda só foi produzida uma tese de doutoramento em Portugal, mas estão em curso quatro teses na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e três na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mais recentemente, uma universidade privada passou também a oferecer o “Doutoramento em Biblioteconomia e Documentação - Documentação e Informação Científica”, mas o grau é conferido pela Universidade de Granada (Espanha).

A reduzida oferta de cursos de doutoramento nas universidades portuguesas tem sido, de algum modo, compensada pelo facto de diversos profissionais terem procurado obter um PhD em universidades estrangeiras, especialmente no Reino Unido e, em menor número, na Espanha. Estes graduados, infelizmente, não têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento académico da área da Ciência da Informação, pois, embora dêem apoio docente a cursos de mestrado e de pós-graduação em diversas universidades, não passaram a integrar o corpo docente universitário em regime de dedicação exclusiva, o que constrange muito o seu desempenho, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento da investigação.

3. O mercado de trabalho em Portugal

Os estudos sobre a inserção no mercado de trabalho dos graduados na área da Informação / Documentação em Portugal são absolutamente inexistentes. A estimativa atrás referida sobre uma admissão de cerca de seiscentos alunos/ano nos cursos de formação pós-graduada não pode ser confrontada, quantitativamente, com a inserção dos diplomados no contexto laboral. Contudo, mesmo não dispondo de indicadores numéricos, é possível afirmar que uma percentagem não despreciable daqueles alunos já se encontra a trabalhar na área profissional em que pretende obter formação especializada na altura em que se candidata aos cursos, percentagem essa que tem vindo a diminuir nos últimos anos.

O facto de os cursos de formação pós-graduada serem os únicos que, em face da

¹⁸ Despacho 77/SEES/89-X - publicado no *Diário da República*. 2ª série, de 4 de Julho de 1989. Recentemente, a designação foi alterada de Ciências Documentais para Ciência da Informação.

¹⁹ Despacho 2/97 [de 31/01/97]. *Diário da República*. 2ª série. Lisboa. 53 (4 Mar. 1997) 2774(38)-

legislação vigente, conferem habilitação para o ingresso em lugares da administração pública, não só limita o acesso à profissão de outros diplomados, como direcciona esses cursos, essencialmente, para o desempenho profissional em organismos dependentes do Estado e das autarquias locais.

O acesso à profissão em instituições privadas não está regulado por qualquer diploma legal e depende, exclusivamente, da vontade dos empregadores. Contudo, a formação demasiado tradicionalista (de carácter histórico-tecnicista) conferida pelos CECD e cursos afins não apresenta qualquer atractivo para que as organizações em geral contratem os diplomados em Ciências Documentais. O mercado de trabalho é, pois, exíguo para os profissionais formados pelos cursos de cariz mais tradicional.

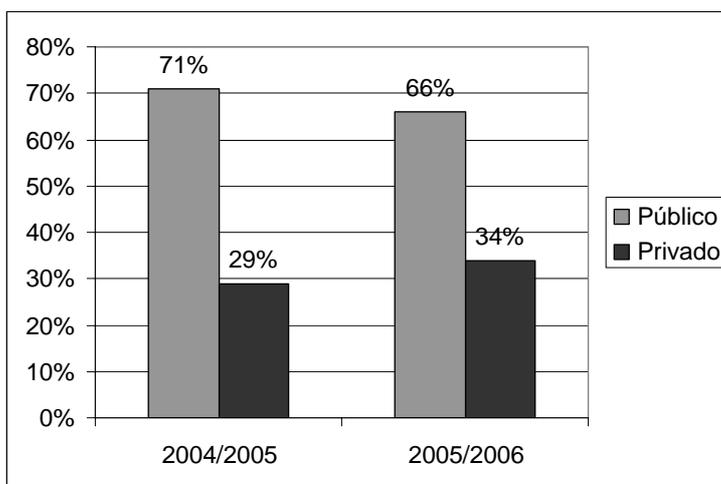
O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto teve os seus primeiros licenciados – um grupo de dezasseis jovens – no passado mês de Setembro. Estes recém-licenciados concluíram o estágio curricular (integrado no Curso) no fim do mês de Agosto e onze deles receberam de imediato propostas de trabalho da parte das entidades acolhedoras do estágio. O facto de ser um curso com forte componente tecnológica e muito direccionado para os problemas da gestão da informação em qualquer contexto organizacional faz com que, à medida que vai sendo conhecido pelo mercado empregador, seja objecto de grande interesse, quer em termos de procura pelos estudantes que terminam o ensino secundário, quer por entidades que pretendem os serviços de profissionais na área da informação.

O quadro seguinte ilustra a evolução da procura pelos estudantes desde a criação do Curso, podendo-se ver claramente a predominância do sexo feminino:

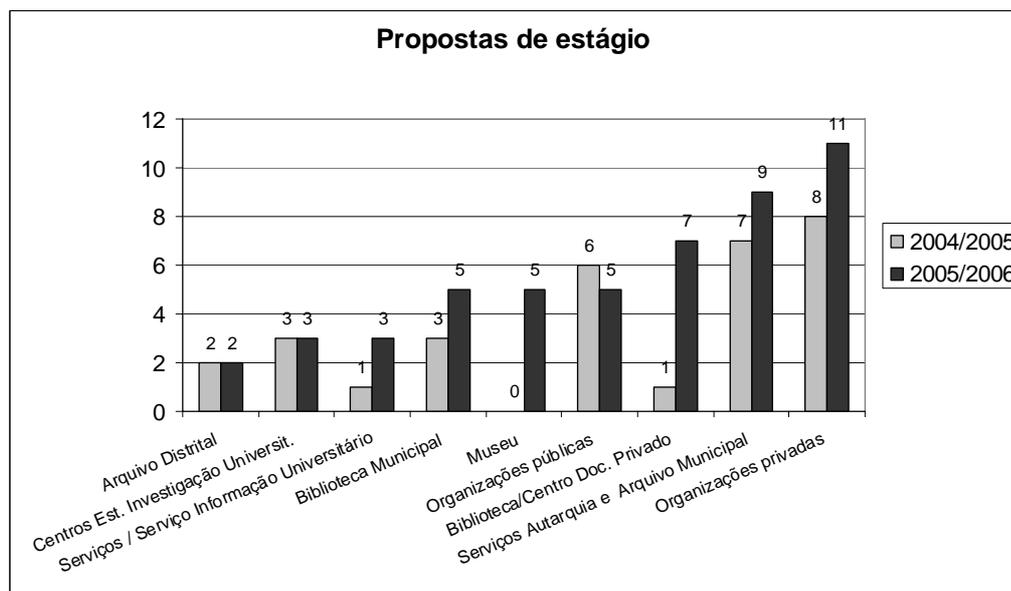
Ano	Candidatos na 1ª fase (1ª opção) mulheres	Candidatos na 2ª fase (1ª opção) mulheres	Colocados na 1ª fase (1ª opção) mulheres	Colocados na 2ª fase (1ª opção) mulheres
2001	571 (84) 383	149 (39) 95	30 (8) 23	10 (4) 7
2002	413 (55) 274	114 (24) 78	30 (13) 20	5 (2) 5
2003	360 (52) 253	158 (39) 108	40 (14) 32	9 (5) 6
2004	345 (42) 218	93 (21) 58	40 (19) 27	15 (9) 9
2005	436 (61) 286	104 (25) 61	40 (18) 28	16 (6) 13

A manifestação do interesse de variadas entidades, públicas e privadas, em acolherem estagiários da Licenciatura em Ciência da Informação também constitui um indicador interessante sobre o potencial interesse do mercado em absorver estes profissionais com um novo perfil e novas competências. Veja-se, pois, como evoluiu o interesse pelos estagiários desde que esta componente curricular se iniciou:

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Propostas de estágio nos anos lectivos de 2004/2005 e 2005/2006



CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Análise comparativa das propostas de estágio em 2004/2005 e 2005/2006
(Bibliotecas, Arquivos, Centros Documentação, Museus e Organizações)



Não permitindo tirar conclusões muito definitivas, estes indicadores revelam que existe claramente uma oportunidade de trabalho, em Portugal, para os profissionais da informação / documentação e que as novas competências que se estão a desenvolver nos cursos universitários mais inovadores vão de encontro ao que as organizações em geral necessitam. Um observatório do emprego nesta área profissional seria, obviamente, um instrumento fundamental para se perceber a relação dos cursos com o mercado e a sociedade e para as universidades ajustarem melhor a formação que ministram à realidade social em que os seus diplomados irão exercer actividade. Fica, pois, lançado este desafio...

REFERÊNCIAS:

CABRAL, Maria Luísa (1985) – Questionar a formação que temos. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto, BAD. vol. 1, p. 377-381.

Formação profissional na área BAD : mesa-redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996). Porto : FLUP. ISBN 972-9350-21-3.

Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/html/revista_60/serie_0/index.htm

MENDES, Maria Teresa Pinto; PERICÃO, Maria do Rosário (1985) – A Formação superior em Ciências Documentais: perspectivas de mudança em Portugal. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto, BAD. vol. 2, p. 345-362.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2001) – A Mudança de paradigma na formação BAD : um modelo formativo para a Ciência da Informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7º, Porto, 2001 - *Informação : o desafio do futuro : actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa : BAD..

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo*

modelo curricular. Porto : Edições Afrontamento. 174 p. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4.

RIBEIRO, Fernanda; LEITE, João; CERVEIRA, Maria Elisa (2004) – Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003). In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques : 26 e 27 de Junho de 2003*. Organização [da] Secção de Ciências Documentais, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto : FLUP. ISBN 972-9350-84-1. p. 207-252.

Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/html/revista_46/serie_0/index.htm

ANEXO

LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ministrada conjuntamente pelas faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto

Plano de estudos

Áreas científicas nucleares:

- Sistemas de Informação (SIST)
- Organização e Processamento de Informação (OPI)
- Serviços de Informação (SERV)

Áreas científicas complementares:

- Ciências da Gestão e da Administração (CGA)
- Ciências Sociais e Humanas (CSH)
- Informática (I)

1º Ano

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS ²⁰	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Informática Básica	I	3	6	Sistemas Computacionais e de Comunicação	I	3	6
Lógica	CSH	2,5	5	Técnicas de Expressão e Comunicação	CSH	3	6
História da Cultura I	CSH	4	8	História da Cultura II	CSH	4	8
Metodologia da Investigação	CSH	2,5	5	Linguística	CSH	2,5	5
Fundamentos de Gestão	CGA	3	6	Sociologia das Organizações	CSH	2,5	5

²⁰ European Credits Transfer System.

2º Ano

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Teoria e Metodologia da Ciência da Informação	SIST	4	8	Organização e Representação da Informação I	OPI	3	6
Gestão da Informação	SERV	3	6	Comportamento Informacional	SERV	2,5	5
Sistemas de Arquivo e de Biblioteca	SIST	2,5	5	Paleografia	CSH	3	6
História da Administração Pública I	CSH	2,5	5	História da Administração Pública II	CSH	2,5	5
Informação para a Internet	I	3	6	Direito Administrativo	CGA	4	8

3º Ano

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Armazenamento e Recuperação da Informação I	OPI	3	6	Armazenamento e Recuperação da Informação II	OPI	3	6
Análise de Sistemas de Informação I	SIST	3	6	Análise de Sistemas de Informação II	SIST	3	6
Organização e Representação da Informação II	OPI	3	6	Gestão de Serviços de Informação	SERV	3	6
Fontes de Informação e Serviços de Referência	SERV	3	6	Sistemas de Apoio à Decisão	CGA	3	6
Opção		3	6	Opção		3	6

4º Ano

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Direito da Informação	CGA	4	8	Estágio		14	28
Sociedade da Informação	CSH	2,5	5	Seminário		1	2
Arquivos e Bibliotecas Digitais	SERV	3	6				
Ação Cultural e Educativa	CSH	2,5	5				
Opção		3	6				

Disciplinas de opção recomendadas:

Bases de Dados (I)

Bibliotecas Escolares (SERV)

Bibliotecas Públicas (SERV)

Catalogação de Livro Antigo (OPI)

Codicologia (CSH)

História das Instituições Eclesiásticas (CSH)

História do Livro (CSH)

Inglês Técnico (CSH)

Latim (CSH)

Noções de Contabilidade (CGA)

Preservação e Conservação (SERV)

Tecnologia Multimédia (I)